



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÊNIO DE 2021/2025**

ATA NÚMERO VINTE E SETE

----- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO. -----

----- Ao vigésimo quarto dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre do edifício sede da Câmara Municipal, reuniu, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme o ponto 1 do artigo 27º da Lei número 75/2013 de 12 de setembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto Um: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Um Ponto Um: Leitura resumida do expediente; -----

----- Ponto Um Ponto Dois: Apreciação e votação da ata da sessão ordinária do dia 16 de dezembro de 2024; -----

----- Ponto Um Ponto Três: Período para intervenções; -----

----- Ponto Dois: PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Dois Ponto Um: Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à atividade municipal e situação financeira do Município; -

----- Ponto Dois Ponto Dois: Apreciação e votação da Alteração n.º 4 – Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita n.º 1; Alteração Modificativa Orçamento da Despesa n.º 1; Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos n.º 1; -----

----- Ponto Dois Ponto Três: Apreciação e votação da Alteração n.º 6 – Alteração Modificativa Orçamento da Despesa n.º 2; Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos n.º 2; -----

----- Ponto Dois Ponto Quatro: Para conhecimento - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas – Declarações previstas no Artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; -----

----- Ponto Dois Ponto Cinco: Para conhecimento - Regulamentos Municipais – atualização em 2025 de valores de licenças, taxas e/ou preços; ----

----- Ponto Dois Ponto Seis: Apreciação e votação da proposta de alteração do Mapa de pessoal por tempo indeterminado para o ano de 2025; -----

----- Ponto Dois Ponto Sete: Apreciação e votação da proposta da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Vimioso – 2025; -----

----- Ponto Dois Ponto Oito: Apreciação e votação da minuta de protocolo de colaboração – “Feira da Rosquilha” – em Argozelo; -----

----- Ponto Dois Ponto Nove: Apreciação e votação da minuta de protocolo de colaboração – “Feira do Pão” – em Caçarelhos; -----

----- Ponto Dois Ponto Dez: Apreciação e votação da minuta de protocolo de colaboração – “Sábado da Aleluia e Mercado Medieval” – em Algosó; --

----- Ponto Dois Ponto Onze: Apreciação e votação da proposta de rescisão do Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Vimioso e a União de Freguesias de Caçarelhos e Angueira; -----

----- Ponto Dois Ponto Doze: Apreciação e votação da proposta de rescisão do Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Vimioso e a Junta de Freguesia de Santulhão; -----

----- Ponto Dois Ponto Treze: Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade e Infância; -----

----- Ponto Dois Ponto Catorze: Outros assuntos de interesse para o Município. -----

----- Ponto Três: PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA. -----

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi dado início à sessão. A Senhora segunda secretária verificou as presenças. Estiveram presentes os senhores deputados da Assembleia Municipal: Sérgio Augusto Pires, Lurdes Cristina Rodrigues Bráz Pires, Gracinda Cordeiro Rodrigues, Manuel Fernandes de Oliveira, João Manuel Alves Padrão, José Amadeu Vara Rodrigues, Manuel João Ratão Português, Ana Rita Braz Lopes, Jorge Nuno Rodrigues Lopes Alves do Rosário, Maria Bernardete Miranda da Veiga, Luís Filipe Pires João, António Emílio Dias, Carla Oliveira dos Santos Amado, José Manuel Miranda, António Eduardo Cruz Izeda, Joana Filipa Carvalho Pires, Jorge Miguel Tomé Gonçalves, Manuel Emílio Fonseca João, José Manuel Alves Ventura, Cristina Maria Oliveira Miguel Rodrigues, Licínio Ramos Martins e Fernando Manuel Gonçalves Rodilhão. -----

----- Estiveram a faltar os senhores deputados Manuel João Brás, Maria José Afonso Fernandes e Daniel Tomé Ramos. -----

----- Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove de dezoito de setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de janeiro, o Senhor Presidente da Câmara António dos Santos João Vaz, a Senhora Vice-presidente Carina Machado Lopes e o senhor vereador Manuel Pascoal Lopes Padrão. ----

----- O senhor Presidente da Assembleia propôs a introdução do ponto dois ponto três na ordem de trabalhos, colocado à votação foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Um: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Um Ponto Um: Leitura resumida do expediente.** -----

----- Pela senhora secretária, foi dada a conhecer a correspondência recebida.

----- **Ponto Um Ponto Dois: Apreciação e votação da ata da sessão ordinária do dia 16 de dezembro de 2024;** -----

----- Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Ponto Um Ponto Três: Período para intervenções.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Manuel Fernandes de Oliveira. Disse: “Queria fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara. Em que situação está o projeto do pavilhão multiusos de Argozelo, porque não vi na informação escrita, não vi informação nenhuma no plano de atividades, e fiquei um pouco preocupado. Quero dar os parabéns pela intervenção que está a ser feita no cemitério, a ver se conseguem fazer mais um esforço e fazer intervenção na outra entrada também. Também fiquei satisfeito ao ler a ata da reunião anterior, que eu não pude estar presente, com a situação da ponte, que estava em bom andamento”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Relativamente à intervenção do senhor Manuel Oliveira, dizer-lhe que, em relação ao pavilhão multiusos de Argozelo, nós não desistimos. Herdamos uma situação vantajosa do ex-presidente da Câmara, Dr. Jorge Fidalgo, que nos deixou o projeto e todos os pareceres prontos para uma candidatura, mas como sabe, não está ao alcance do orçamento da Câmara Municipal. É uma infraestrutura que está orçamentada em 2 milhões de euros. Estamos a aguardar que, a qualquer momento, nos possamos candidatar através do programa PRODER, que é o programa pelo que nos candidatámos para fazer os pavilhões de Santulhão e Ca-

çarelhos. Toda a gente sabe que este ano é ano de eleições, e todos esses procedimentos são tratados com alguma exigência. É da minha parte, é da vossa parte, é do poder, é da oposição, é inato aos comportamentos políticos. Relativamente ao cemitério, eu já estive lá. Fui ver a obra e ficou muito aquém daquilo que é preciso fazer. Aqueles dois corredores principais têm que ter o mesmo tratamento, mas com o tempo vamos fazer. Relativamente à ponte, há novidades, claro. Toda a gente sabe, porque a comunicação social, quer através de palavras do Senhor Ministro, quer através do Presidente da Câmara de Vimioso, quer através do Senhor Presidente da Câmara de Vinhais, que o financiamento ainda este mês vai ser submetido à discussão do Conselho de Ministros e aprovado em Conselho de Ministros. Havia sete inconformidades que era necessário corrigir, três das quais eram graves e o projeto não podia ir a concurso sem essas inconformidades ultrapassadas. Há mais novidades, temos em agenda a concessão da barragem do Ramalhal. No próximo 13 de março, vamos ter uma reunião com a senhora Ministra do Ambiente para poder discutir questões do foro ambiental. O estudo prévio está elaborado, estamos a aguardar apenas esses pareceres, quer da APA quer do ICNF, por forma, a que a Ministra do Ambiente nos dê luz verde, de forma a fazer ali uma grande barragem para abastecimento de água ao concelho, na margem esquerda do Maçãs e também de regadio e, ao mesmo tempo, de transvase para o rio Angueira. Relativamente à situação de Santulhão, o Pascoal vai fazer os esclarecimentos necessários sobre a grande obra que está prevista para Santulhão". --

----- Usou da palavra o senhor Vereador Manuel Pascoal. Disse: "Coube-me, a mim, ficar entregue a este projeto. Juntamente com o executivo, efetuamos as várias diligências necessárias com o Ministro da Agricultura, Dr. José Manuel Fernandes. Finalmente, no dia 20 do mês passado, o projeto da barragem de Santulhão foi aprovado. É um investimento de cerca de 4 milhões de euros, é financiado a 93%, tem uma área irrigável de cerca de 250 hectares. O espelho da albufeira abrange cerca de 8 hectares e um volume de água de cerca de 354 milhões de litros. Será uma mais-valia não só para Santulhão, mas também para o concelho. A água é essencial, daí este desbloqueio, por parte das entidades governamentais, quer no caso de Santulhão, quer no do ribeiro do Ramalhal, em Angueira". -----

----- **Ponto Dois: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Um: Informação escrita do Senhor Presidente da**

Câmara relativa à Atividade Municipal e Situação Financeira do Município.

----- Todos os membros estavam na posse da informação escrita. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- Ponto Dois Ponto Dois: Apreciação e votação da Alteração n.º 4 – Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita n.º 1; Alteração Modificativa Orçamento da Despesa n.º 1; Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos n.º 1. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Isto respeita, simplesmente, a alterações ao Plano de Atividades que é necessário fazer. Fruto de projetos de obra que temos para diversas localidades do concelho. Todos os presidentes de junta nos têm feito chegar informações sobre as pequenas obras que necessitam. Abraço essas ideias, ninguém melhor que os presidentes de junta para reivindicar aquilo que as populações precisam. Daí, que é necessário proceder a uma alteração ao plano. É uma alteração orçamental que não resulta em prejuízo de ninguém. Por exemplo, tínhamos cerca de 260 mil euros para investir na avenida de Argozelo, foi-nos garantido, que até ao final do mês de março, nos iria ser enviado o parecer para poder avançar com o projeto, mas até lá, e porque temos urgência nessas pequenas obras, esses 260 mil euros são transferidos para estas pequenas obras. Em abril, já poderemos lançar essa e outras obras. Não há qualquer problema de incumprimento de calendário, uma vez que a obra vai ser lançada no seu *timing* certo. Nunca seria antes porque envolve betuminosos e, isto, só começam a aplicar a partir de maio para serem aplicados com alguma qualidade. Por outro lado, há dias, estiveram uns engenheiros da EDP e da PT em Argozelo, porque toda a estrutura elétrica vai ser subterrânea, estiveram a fazer os estudos para que aquela parte da avenida fique com a mesma qualidade que tem aquela que já foi construída. Acredito que os calendários vão ser cumpridos”. -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Três: Apreciação e votação da Alteração n.º 6 – Alteração Modificativa Orçamento da Despesa n.º 2; Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos n.º 2. -----



----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “A explicação dada no ponto anterior seria relativa a este ponto. Explico, agora, o ponto dois ponto dois. O Orçamento Municipal para o ano 2025 foi elaborado tendo por base as verbas constantes no Orçamento de Estado. Com a aprovação do Orçamento de Estado para 2025, procedeu-se à atualização do Orçamento Municipal para 2025, é óbvio. Foi criada uma nova classificação económica, de receita relativa ao Imposto Municipal sobre a transmissão onerosa de imóveis, o chamado IMT jovem, não havia classificação. A alteração modificativa ao Orçamento da Despesa n.º 1 reforça-se em várias classificações económicas da despesa, alteração modificativa ao PPI n.º 1, aqui é fundamental, há um reforço de criação de novas ações, nomeadamente nos arruamentos e infraestruturas no concelho, no valor de, cerca de 513 mil euros e do aproveitamento hidroagrícola de Santulhão no valor de 49 mil 815 euros”. -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Quatro: Para conhecimento - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas – Declarações previstas no Artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Informar, apenas, que todos os compromissos em atraso, estão registados na contabilidade do Município. Em 31 de dezembro, o Município não tinha qualquer pagamento em atraso”. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- Ponto Dois Ponto Cinco: Para conhecimento - Regulamentos Municipais – atualização em 2025 de valores de licenças, taxas e/ou preços. ----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Foi aprovada, em reunião de Câmara de 27/09/2024, uma proposta no sentido de manter inalterados os valores de taxas, licenças e preços para o ano 2025. Embora seja um Município de fracos recursos económicos e o concelho está a ficar desertificado, não podemos penalizar os munícipes com mais encargos”. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- Ponto Dois Ponto Seis: Apreciação e votação da proposta de alteração do Mapa de pessoal por tempo indeterminado para o ano de 2025. ----



----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “É muito simples, a nossa bibliotecária vai reformar-se. É necessário contratar um técnico/a com habilitação académica e formação específica para o efeito. Inicialmente a proposta que fiz foi a criação de um lugar de gestão de bibliotecas escolares, em reunião de Câmara houve a proposta para alterar a designação para gestão de bibliotecas e documentação, para que a especificidade não fosse tão restrita”. -----

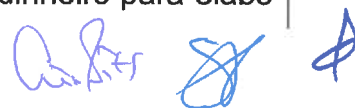
----- Usou da palavra o senhor João Manuel Alves Padrão. Disse: “Como o senhor Presidente da Câmara disse, este lugar será para substituir um funcionário que vai ser reformado e, que, atualmente, não é um técnico superior. Quais foram os motivos para ser um técnico superior e não manter um técnico com o mesmo nível”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Por uma questão muito simples. A aposta de toda a administração pública, quer central quer local, é apostar na qualificação dos trabalhadores. O que nós pretendemos, à imagem do que se passa na administração central, é qualificar cada vez mais e melhor os nossos quadros”. -----

----- Não tendo havido mais pedidos de esclarecimento nem intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Sete: Apreciação e votação da proposta da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Vimioso – 2025. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Reporta-se a uma pequena alteração estrutural. Como podem ver, propomos alterar a equipa de parques, jardins e cemitério para a Divisão de Ambiente e Proteção Animal, saindo da divisão de obras, mobilidade e logística. Por outro lado, e somos o único Município no distrito, não tem um gabinete de fundos comunitários e contratação pública. A nossa contratação pública é, geralmente, feita pelos nossos engenheiros e arquitetos. Dizem muitas vezes, vocês contratam serviços externos para execução de projetos. Ora bem, se a atividade dos nossos engenheiros e arquitetos está direcionada para a contratação pública, não podem, naturalmente, fazer aquilo para que estão habilitados. Vamos criar um gabinete de fundos comunitários e contratação pública porque é necessário estar atentos aos fundos comunitários, às candidaturas. Pagamos muito dinheiro para elabo-



ração de candidaturas a fundos comunitários e temos que evitar que isso aconteça”. -----

----- Não tendo havido mais pedidos de esclarecimento nem intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia propôs que os pontos dois ponto oito, dois ponto nove e dois ponto dez fossem analisados em conjunto e votados separadamente. Foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Oito: Apreciação e votação da minuta de protocolo de colaboração – “Feira da Rosquilha” – em Argozelo.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Nove: Apreciação e votação da minuta de protocolo de colaboração – “Feira do Pão” – em Caçarelhos.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Dez: Apreciação e votação da minuta de protocolo de colaboração – “Sábado da Aleluia e Mercado Medieval de Algos” – em Algos.** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Trata-se de protocolos de colaboração para a realização destas três feiras que decorrem todas no mês de abril. À imagem dos anos anteriores, o que está aqui em discussão são assinaturas destes protocolos para que, de igual modo, possam ser estes eventos organizados e levados a cabo em parceria com a Câmara Municipal”. -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento nem intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto dois ponto oito à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado o ponto dois ponto nove à votação, foi aprovado por unanimidade. Colocado o ponto dois ponto dez à votação, foi aprovado por unanimidade. Colocados os pontos à votação, em minuta, foram aprovados por unanimidade. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia propôs que os pontos dois ponto onze e dois ponto doze fossem analisados em conjunto e votados separadamente, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Onze: Apreciação e votação da proposta de rescisão do Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Vimioso e a União de Freguesias de Caçarelhos e Angueira;** -----

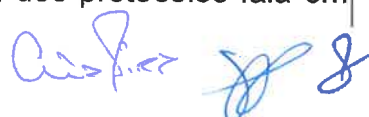


----- Ponto Dois Ponto Doze: Apreciação e votação da proposta de rescisão do Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Vimioso e a Junta de Freguesia de Santulhão; -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Não há aqui nada que possa resultar em prejuízo, quer para as Freguesias envolvidas, quer para o Município. Temos que ser céleres e que seja aprovado em minuta, porque os prazos assim o obrigam. Do que se trata, é muito simples. A vontade de fazer, às vezes, obriga-nos a dar o passo maior que a perna. Antecipando-nos à finalização, quer em relação ao pavilhão de Caçarelhos quer de Santulhão. O pagamento a que a Câmara se candidatou e conseguiu, não estava ainda concluído. Numa tentativa de dar às Juntas de Freguesia ferramentas para trabalhar, juntamente com as populações e melhorar o serviço que prestam às populações, melhorar tudo o que é alusivo à promoção dos produtos locais, nomeadamente as feiras. Redigiu-se e rubricamos um protocolo de cedência, quase que em regime de comodato por 5 anos, às Juntas de Freguesia de Caçarelhos e Santulhão, daquelas duas infraestruturas. Vem, agora, a Autoridade de Gestão do 20-30, exigir que sejam rescindidos estes protocolos, de forma a evitar a penalização e alguma possível devolução de algum financiamento parcelar. O que é certo é que, para evitar que isso aconteça, temos que rescindir estes protocolos. Já foi a reunião de Câmara e foi aprovado por unanimidade a rescisão destes protocolos. Importa, agora, que, hoje, nesta Assembleia se proceda à aprovação desta rescisão”. -----

----- Usou da palavra o senhor João Manuel Alves Padrão. Disse: “Queria saber, após a rescisão da atual cedência, como será o processo da utilização dos pavilhões, por parte da Junta de Freguesia. Se tem que pedir solicitação, à Câmara, se há algum tipo de formulário para preencher, como se procederá”. --

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Como o próprio contrato, na altura em que foi assinado para o financiamento, apontava no sentido que, só após os 5 anos de estar concluído o financiamento, o Município pode rubricar protocolos com outras instituições, sempre salvaguardando os fins para os quais os pavilhões foram construídos. Quando fizemos os protocolos ainda não tinha sido concluído o financiamento. Por outro lado, havia uma incongruência, que era, no novo protocolo rubricado com as autarquias, estava previsto que as Juntas de Freguesia desenvolvessem atividades inerentes à proteção ao cuidado dos mais idosos, etc. A alínea c) dos protocolos fala em



cedência a instituições e associações. Isto não podia figurar no protocolo durante os primeiros 5 anos. Decorridos os 5 anos, podem ser desenvolvidas todas as atividades que a Junta de Freguesia e as populações acharem por bem fazer. A cedência a instituições e associações locais para desenvolvimento e promoção das suas atividades de caráter social, cultural e recreativo, este é o principal obstáculo a que este protocolo se mantenha em vigor. O resto não há nenhuma ilegalidade, não apontam nenhuma anomalia. A gestão continuará, exclusivamente, a ser feita com recursos da Câmara. Sempre que haja uma atividade, naturalmente em parceria, tem que ser o Município a gerir com recursos humanos próprios”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente de Junta da União de Freguesia de Caçarelhos e Angueira, Licínio Ramos Martins. Disse: “Julgo que a questão que o João colocou é muito pertinente e não me parece que tenha sido completamente esclarecida. O que se questiona é que, se a partir deste momento, se aprovada a rescisão, as Juntas de Freguesia, para desenvolver atividades devem pedir autorização à Câmara Municipal. Não vejo mal nenhum nisso. Acho que deve ser feito assim para que esteja tudo documentado e tudo correto ao longo destes 5 anos. Aproveito para dizer que o Centro de Promoção de Produtos Locais e Tradições de Caçarelhos, provavelmente como o de Santulhão, estão disponíveis não só às atividades promovidas pelas Juntas, mas também de todas as freguesias do concelho. Pode justificar-se, evidentemente, por iniciativa da Câmara ou de qualquer outra instituição do concelho. Penso que são recursos que têm valências muito interessantes e que poderão acolher diversos tipos de atividades”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Diz a orientação do programa 20-30: “Em suma, esta candidatura foi aprovada como sendo o Município de Vimioso que iria gerir o Centro de Promoção de Produtos Locais de Caçarelhos, alocando recursos humanos próprios para o efeito e com auxílio de prestadores de serviços especializados que contrataria para o efeito”. Quando foi rubricado o termo de aceitação foi isto que declaramos. A questão que se coloca se as Juntas têm que pedir autorização ao Município, isso está ultrapassado. Não vamos andar com preciosismos que conduzem sempre a más execuções. O nosso objetivo é sempre o mesmo que é a promoção dos produtos locais”. -----



----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento nem intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. –

----- Ponto Dois Ponto Treze: Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade e Infância; -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Esta proposta resulta do facto de terem existido algumas situações de dúvida interpretação de algumas alíneas deste regulamento. A alteração incide, principalmente, nas questões relacionadas com a residência dos requerentes. Nomeadamente o que respeita ao artigo n.º 3, onde dizia “que respeita ao território concelhio”, foi retirado “o território”. No artigo n.º 4, onde dizia que “as famílias têm direito às medidas de incentivo à Natalidade e Infância quando sejam residentes no concelho de Vimioso há mais de 12 meses e tenham inscrição comprovada em médico de família no Centro de Saúde de Vimioso”. Como sabem, a alínea a foi alterada para os requerentes. Têm que ter residência oficial no concelho, para não haver dúvidas. A alínea c foi alterada para tenham os requerentes inscrição comprovada no Centro de Saúde de Vimioso, isto relativo aos requerentes, porque há crianças que têm problemas e não podem ser tratadas no Centro de Saúde de Vimioso, daí terem que estar inscritos em outros Centros de Saúde. O objetivo desta alteração é ser mais preciso nas condições que permitem, às pessoas, o acesso a requerer este apoio. Criou-se uma maior universalidade de direitos”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Manuel Fernandes de Oliveira. Disse: “Aqui no artigo vigésimo segundo não tem nenhuma cláusula, eu acho que neste ponto devia haver aqui uma cláusula, por exemplo, se houver falsa informação ou falsas declarações”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “O regulamento em vigor diz no seu artigo 12.º, constituem causa de cessação imediata do apoio as falsas declarações. Artigo 12.º alínea a), as falsas declarações, a alínea b) foi eliminada porque também constituía causa para a cessação a segunda residência. Mantemos a mesma opinião, não há ninguém com segunda residência. Pode haver com uma segunda morada, a residência é a que temos oficialmente”. -----



----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento nem intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. –

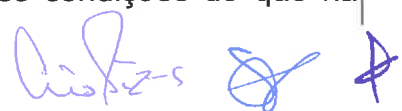
----- Ponto Dois Ponto Catorze: Outros assuntos de interesse para o Município. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Santulhão, Jorge Miguel Tomé Gonçalves. Disse: “Em nome da Junta de Freguesia, queria dar os parabéns, ao executivo, por terem conseguido levar a bom porto a barragem da Alameda. A freguesia de Santulhão agradece o esforço e empenho de todos para debloquear esta obra que, a meu ver, é essencial para Santulhão, mas também para todo o concelho”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Jorge do Rosário. Disse: “Só venho aqui convidá-los para participar no tradicional Entrudo de Santulhão”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Manuel João Ratão Português. Disse: “Em primeiro lugar, queria regozijar-me pelos projetos enunciados, sobretudo dos regadios. Em segundo lugar, queria fazer uma pergunta, ao senhor Presidente da Câmara. Quem quiser ir visitar a Escola do Lobo, em Vale de Frades, como é que faz? Para terminar, não sou de Santulhão, mas queria deixar, aqui publicamente, os parabéns a uma pessoa de Santulhão, o Professor Serafim do Rosário, pelo livro publicado. Já li o livro e é um tratado de história, da cultura e tradições. Sobretudo, eu admiro as horas que o Professor Serafim roubou às suas oliveiras para pesquisar, porque é um grande trabalho de pesquisa. Aconselho todas as pessoas a ler e, já agora, estes projetos devem ser apoiados”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Manuel Fernandes de Oliveira. Disse: “Outro assunto que queria trazer, aqui, é a estrada que liga a Argozelo a Coelhoso. Há, lá, 3 ou 4 situações que devia de haver intervenção. Principalmente, onde acaba o alcatrão e começa a terra. A água já levou a terra. O alcatrão, cada vez está mais estragado, porque ao passarem os carros vai partindo. Outro ponto que também gostaria de abordar aqui, devido às visitas pastorais que o nosso bispo fez, a principal foi no posto da GNR de Argozelo, e visto que esta Câmara tem um protocolo, era melhor fazer umas obras no posto, do que na escola primária, porque o posto está mais centrado na freguesia, porque a escola primária está mais afastada e é mais um edifício da junta que fica, ali ao abandono. Na minha opinião, no posto tinha melhores condições do que na



escola primária. Louvar a Câmara no apoio que deu às Juntas de Freguesia nas visitas pastorais”, -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Relativamente à intervenção do Jorge Tomé, nós estamos direcionados para criação de riqueza. Nós, no nosso concelho, não temos problemas com arruamentos, com água ao domicílio. Os problemas que possam surgir são questões pontuais. Chegou o tempo de nos preocuparmos com criação de riqueza. A barragem da Alamela é um exemplo disso, a barragem do Ramalhal que é uma barragem de certa dimensão, já lhe chamam um mini Azibo. O homem que está com esse projeto tem capacidade, quer no que respeita a recursos humanos, quer financeiros para poder concluir esta obra. Relativamente ao Entrudo, agradecer o convite, lá estaremos. Manuel João, a Escola do Lobo, Centro Interpretativo do Lobo Ibérico, está apensado ao PINTA, à Junta de Freguesia e à AEPGA. Sempre que alguém queira visitar pode solicitar num destes organismos. Naturalmente não vamos pôr ali um funcionário. Manuel Oliveira, em relação à estrada que liga Argozelo a Coelhoso, o que ficou pior foi o pontão por causa das inundações que houve, estamos a trabalhar nesse sentido, de corrigir e dar segurança. Quanto à visita pastoral e projeto da escola, a visita pastoral correu extraordinariamente bem, as pessoas mobilizaram-se e participaram com entusiasmo. Relativamente ao projeto da escola, permita-me que discorde. O projeto para requalificação do edifício escolar está quase concluído, para podermos passar à fase seguinte que é a candidatura ao financiamento”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente de Junta da União de Freguesia de Caçarelhos e Angueira, Lúcio Ramos Martins. Disse: “Sem dúvida que a Alamela e o Ramalhal são estruturantes para o concelho, mas, na mesma discussão, não podemos dizer que está resolvido o problema do saneamento e da água em todo o concelho, que não está. O Senhor Presidente tem conhecimento disso. Faço questão de vir, aqui, recordá-lo novamente, porque na minha aldeia o problema não está resolvido”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Quando disse que estava resolvido, foi de uma forma genérica, isso são questões pontuais, são 3 ou 4 habitações que não estão servidas com saneamento básico, são questões pontuais. Está prevista essa solução, os serviços técnicos estão a trabalhar nela”. -----



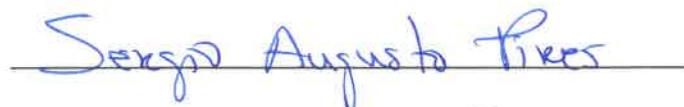
----- Usou da palavra o senhor Vereador Pascoal. Disse: “Queria dar, aqui, uma achega em relação ao problema da água. Evidentemente, que temos, problemas com a água. Várias juntas têm problemas em algumas condutas, nós auscultamos esses problemas, quer da população, quer dos presidentes de Junta, e, nesse sentido, estamos a elaborar uma candidatura ao PRR 20-30, para colocar, em todo o concelho, contadores inteligentes, de forma a saber onde há os problemas na rede e nas condutas. As condutas são extensas e o município não tem recursos para andar a abrir ruas às cegas. Estamos a trabalhar, no sentido para minimizar os problemas da água. Esperamos que a candidatura seja aprovada e os problemas resolvidos”. -----

----- **Ponto Três: PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

----- Não houve pedidos de intervenções. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas onze horas e quarenta minutos da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal



O Segundo Secretário da Assembleia Municipal

